



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

PODER LEGISLATIVO

Nº 118

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, EM 09 DE OUTUBRO DE 2008

ANO XXXIII

Mesa Executiva

NELSON JUSTUS
Presidente - Democratas

ANTONIO ANIBELLI
1º Vice-Presidente - PMDB

AUGUSTINHO ZUCCHI
2º Vice-Presidente - PDT

FELIPE LUCAS
3º Vice-Presidente - PPS

ALEXANDRE CURI
1º Secretário - PMDB

LUCIANA RAFAGNIN
2ª Secretária - PT

LUIZ ACCORSI
3º Secretário - PSDB

CIDA BORGHETTI
4ª Secretária - PP

CHICO NOROESTE
5º Secretário - PR

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo Luiz Claudio Romanelli
Líder da Oposição Elio Rusch
PMDB Waldyr Pugliesi
PSDB Ademar Traiano
Partido Democratas Plauto Miró
PT Péricles de Mello
PP Duílio Genari
PDT Luiz Carlos Martins
Bloco PPS/PMN Douglas Fabrício
Bloco PSB/PRB/PV Pastor Edson Praczyk
Bloco PTB/PR Jocelito Canto

Representação Partidária

PMDB - 16: Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Beti Pavin - Caíto Quintana - Cleiton Kielse - Dobrandino da Silva - Edson Strapasson - Jonas Guimarães - Luiz Claudio Romanelli - Luiz Eduardo Cheida - Mauro Moraes - Nereu Moura - Stephanes Júnior - Teruo Kato - Waldyr Pugliesi; **PSDB** - 07: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes Litro - Luiz Nishimori - Miltinho Pupio - Valdir Rossoni; **PT** - 06: Elton Welter - Enio Verri - Luciana Rafagnin - Pedro Ivo - Péricles de Mello - Tadeu Veneri; **Partido Democratas** - 05: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Osmar Bertoldi - Plauto Miró; **PP** - 04: Antonio Belinati - Cida Borghetti - Duílio Genari - Ney Leprevost; **PDT** - 04: Augustinho Zucchi - Edgar Bueno - Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins; **PPS** - 03: Alysson Wandscheer - Douglas Fabrício - Marcelo Rangel; **PTB** - 02: Fábio Camargo - Jocelito Canto; **PSB** - 02: Reni Pereira - Ribas Carli Filho; **PR** - 02: Carlos Simões - Chico Noroeste; **PRB** - 01: Pastor Edson Praczyk; **PMN** - 01: Dr. Batista; **PV** - 01: Rosane Ferreira.

SUMÁRIO

DIÁRIO Nº 118

108ª SESSÃO ORDINÁRIA

SUMÁRIO

Mesa Executiva 02

Presenças 02

Abertura da Sessão 03

Expediente:

Ofícios 03

Indicações 03

Requerimentos 03

Projetos de Resolução 05

Projetos de Lei 06

Pequeno Expediente:

Dep. Jocelito Canto 08

Dep. Osmar Bertoldi 08

Dep. Elio Rusch 10

Dep. Reni Pereira 11

Dep. Mauro Moraes 13

Dep. Artagão Júnior 15

Pastor Edson Praczyk 16

Grande Expediente:

Dep. Luiz Claudio Romanelli 17

Horário das Lideranças:

Liderança do DEM

Dep. Elio Rusch 10

Liderança do PMDB

Dep. Mauro Moraes 13

Ordem do Dia:

Leitura do Expediente 21

Discussão/Votação

Redação Final 21

3ª Discussão 21

2ª Discussão 21

Requerimentos 21

Encerramento da Sessão 22

Publicações:

Diretoria Geral

Portarias 22

DIÁRIO Nº 118

108ª SESSÃO ORDINÁRIA

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA

16ª LEGISLATURA

ATA DA 108ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM

09 DE OUTUBRO DE 2008

(quinta-feira)

Mesa Executiva:

Presidência do Sr. Deputado Nelson Justus, secretariado pelo Sr. Deputado Alexandre Curi e pela Sra. Deputada Cida Borghetti.

Presenças:

Às dez horas é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Nelson Justus, Alexandre Curi, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Alysson Wandscheer, Artagão Júnior, Caíto Quintana, Cleiton Kielse, Duílio Genari, Durval Amaral, Edson Strapasson, Elio Rusch, Jocelito Canto, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernandes Litro, Luiz Nishimori, Mauro Moraes, Osmar Bertoldi, Pastor Edson Praczyk, Pedro Ivo, Péricles de Mello, Plauto Miró, Reni Pereira, Ribas Carli Filho, Rosane Ferreira, Stephanes Júnior, Tadeu Veneri e Waldyr Pugliesi (28).

Ausentes os Srs. Deputados: Antonio Anibelli, Augustinho Zucchi, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Ademar Traiano, Antonio Belinati, Beti Pavin, Carlos Simões, Dobrandino da Silva, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Edgar Bueno, Elton Welter, Enio Verri, Francisco Bühner, Geraldo Cartário, Jonas Guimarães, Luiz Carlos Martins, Luiz Eduardo Cheida, Marcelo Rangel, Miltinho Pupio, Nereu Moura, Teruo Kato e Valdir Rossoni (24).

Ausentes com justificativas os Srs. Deputados: Fábio Camargo e Ney Leprevost (02).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão.

Abertura da Sessão:

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

A SRA. 2ª SECRETÁRIA

Procede à leitura da ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada conforme parágrafo 1º do artigo 88, do Regimento Interno.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

Expediente:

Ofícios

OFÍCIO Nº 247/08

Curitiba, em 09/10/08.

Senhor Secretário:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER a reserva do plenário da Assembléia Legislativa do Paraná para o dia 05/11/08, das 8h30 às 12h, para a realização de Audiência Pública sobre Projeto de ICMS Cultural.

Na oportunidade estaremos realizando debate com vários segmentos da sociedade paranaense, e com autoridades de outros estados ligados a área cultural.

Requer também os serviços do Cerimonial da Casa; dos profissionais da Taquigrafia; a reserva de equipamentos de multimídia; e a confecção de 500 convites.

Na oportunidade, renovo protestos de consideração e apreço.

(a) PÉRICLES DE MELLO

Indicações

INDICAÇÃO Nº 243/08

SÚMULA:

Indica ao DETRAN a instalação de Posto Avançado da CIRETRAN de Maringá nas dependências do Auto Shopping nº 01, na forma do contido no Ofício 212 da Secretaria da Indústria, Comércio e Turismo de Maringá.

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada, Deputada com assento nesta Casa de Leis, INDICA à Mesa seja oficiado ao Diretor Geral do

DETRAN, Exmo. Sr. David Antonio Pancotti, sugerindo ao mesmo a instalação de Posto Avançado da CIRETRAN de Maringá no Auto Shopping nº 01, em Maringá, nos termos do Ofício 212 da Secretaria Municipal da Indústria, Comércio e Turismo.

Cabe salientar que o Banco do Brasil instalará agência naquele local, concentrando em espaço de 7.500m2 várias empresas. Estima-se que o local comportará 400 veículos, além de estacionamento de veículos para estoque. Trata-se de conceito pioneiro de comercialização naquela região, razão pela qual a comunidade considera essencial a presença do Posto Avançado do DETRAN/PR.

Sala das Sessões, em 09/10/08.

(a) CIDA BORGHETTI

Requerimentos

REQUERIMENTO Nº 2549

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER justificativa de ausência para o Deputado Ney Leprevost, pois, ausentar-se-á deste Plenário na Sessão do dia 09 do mês corrente, por motivo de saúde.

Sala das Sessões, em 09/10/08.

(a) DUÍLIO GENARI

REQUERIMENTO Nº 2533

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada, Deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa seja oficiado ao Vereador Heine Macieira, enviando voto de congratulações em razão de sua eleição à Câmara Municipal de Maringá.

O Vereador recebeu 3.243 votos.

Sala das Sessões, em 09/10/08.

(a) CIDA BORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 2534

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada, Deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa seja oficiado ao Vereador Evandro Júnior, enviando voto de congratulações em razão de sua eleição à Câmara Municipal de Maringá.

O Vereador recebeu 3.220 votos.

Sala das Sessões, em 09/10/08.

(a) CIDA BORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 2535

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada, Deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa seja oficiado ao Vereador João Borri, enviando voto de congratulações em razão de sua eleição à Câmara Municipal de Maringá.

O Vereador recebeu 1.995 votos.
Sala das Sessões, em 09/10/08.
(a) CIDA BORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 2536

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada, Deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa seja oficiado à Vereadora Marly Martin, enviando voto de congratulações em razão de sua reeleição à Câmara Municipal de Maringá.

A Vereadora recebeu 2.180 votos e continuará a administração com a aprovação da comunidade.

Sala das Sessões, em 09/10/08.
(a) CIDA BORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 2537

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada, Deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa seja oficiado ao Vereador Mário Hosokawa, enviando voto de congratulações em razão de sua reeleição à Câmara Municipal de Maringá.

O Vereador recebeu 3.002 votos e continuará a administração com a aprovação da comunidade.

Sala das Sessões, em 09/10/08.
(a) CIDA BORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 2538

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada, Deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa seja oficiado ao Vereador Mário Verri, enviando voto de congratulações em razão de sua reeleição à Câmara Municipal de Maringá.

O Vereador recebeu 3.077 votos e continuará a administração com a aprovação da comunidade.

Sala das Sessões, em 09/10/08.
(a) CIDA BORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 2539

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada, Deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa seja oficiado ao Vereador Zebrão, enviando voto de congratulações em razão de sua reeleição à Câmara Municipal de Maringá.

O Vereador recebeu 2.921 votos e continuará a administração com a aprovação da comunidade.

Sala das Sessões, em 09/10/08.
(a) CIDA BORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 2540

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada, Deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa seja oficiado ao Vereador Belino Bra-

vin, enviando voto de congratulações em razão de sua reeleição à Câmara Municipal de Maringá.

O Vereador recebeu 4.265 votos e continuará a administração com a aprovação da comunidade.

Sala das Sessões, em 09/10/08.
(a) CIDA BORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 2541

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada, Deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa seja oficiado ao Vereador Wellington Andrade, enviando voto de congratulações em razão de sua eleição à Câmara Municipal de Maringá.

O Vereador recebeu 4.862 votos.
Sala das Sessões, em 09/10/08.
(a) CIDA BORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 2542

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada, Deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa seja oficiado ao Vereador Flávio Vicente, enviando voto de congratulações em razão de sua eleição à Câmara Municipal de Maringá.

O Vereador recebeu 4.250 votos.
Sala das Sessões, em 09/10/08.
(a) CIDA BORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 2543

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada, Deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa seja oficiado ao Vereador Paulo Soni, enviando voto de congratulações em razão de sua eleição à Câmara Municipal de Maringá.

O Vereador recebeu 1.551 votos.
Sala das Sessões, em 09/10/08.
(a) CIDA BORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 2544

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada, Deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa seja oficiado ao Vereador Humberto Henrique, enviando voto de congratulações em razão de sua eleição à Câmara Municipal de Maringá.

O Vereador recebeu 3.681 votos.
Sala das Sessões, em 09/10/08.
(a) CIDA BORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 2545

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada, Deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa seja oficiado ao Vereador Luiz do Pos-

tinho, enviando voto de congratulações em razão de sua eleição à Câmara Municipal de Maringá.

O Vereador recebeu 1.820 votos.

Sala das Sessões, em 09/10/08.

(a) CIDA BORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 2546

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada, Deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa seja oficiado ao Vereador Manoel Sobrinho, enviando voto de congratulações em razão de sua eleição à Câmara Municipal de Maringá.

O Vereador recebeu 2.791 votos.

Sala das Sessões, em 09/10/08.

(a) CIDA BORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 2551

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada, Deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa seja oficiado ao Vereador Manoel Pereira de Melo, enviando voto de congratulações em razão de sua reeleição à Câmara Municipal de Paracity.

Sala das Sessões, em 09/10/08.

(a) CIDA BORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 2552

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada, Deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa seja oficiado ao Vereador Ismael Rosa, enviando voto de congratulações em razão de sua reeleição à Câmara Municipal de Paracity.

Sala das Sessões, em 09/10/08.

(a) CIDA BORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 2531

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja enviado expediente ao Exmo. Sr. Governador do Estado, Roberto Requião, solicitando urgência na recomposição da frota de ambulâncias do SIATE em Ponta Grossa.

A presente reivindicação se justifica pelo fato da frota ser composta por cinco ambulâncias, porém, três delas encontram-se paradas na oficina aguardando peças. Salienta-se que a frota completa já é insuficiente para atender a uma população de 310 mil habitantes.

Sala das Sessões, em 09/10/08.

(a) JOCELITO CANTO

REQUERIMENTO Nº 2532

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, com base no artigo 120, do

Regimento Interno, REQUER, a anexação dos Projetos de Lei nºs 243/08 e 388/08, que tratam da mesma matéria.

Sala das Sessões, em 09/10/08.

(a) NELSON JUSTUS

Projeto de Resolução

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 018/08

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

R E S O L V E :

O Deputado Stephanes Júnior, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 73 da Constituição Estadual, combinada com os itens II e XI do parágrafo 2º do artigo 121 e artigo 222 do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná,

R E S O L V E :

Art. 1º Fica alterado o artigo 5º do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 5º A Mesa da Assembléia é o órgão colegiado, diretor dos trabalhos legislativos e administrativos.”

§ 1º Na segunda Sessão preparatória da primeira Sessão Legislativa, às quinze horas do dia dois de fevereiro, sempre que possível sob a direção da Mesa da Sessão anterior e nos termos do parágrafo 1º do artigo 4º, deste Regimento, realizar-se-á eleição nominal dos candidatos a Presidente, do 1º, 2º e 3º Vice-Presidentes, dos 1º, 2º, 3º, 4º e 5º Secretários.

§ 2º Conhecido o resultado, o Presidente proclamará eleitos os que obtiverem maioria absoluta.

§ 3º Se o candidato não obtiver maioria absoluta, proceder-se-á, imediatamente, a nova eleição para os cargos não preenchidos na primeira, considerando-se eleito o mais votado, ou, em caso de empate, o mais idoso.

§ 4º Após proclamados os eleitos, o Presidente das primeiras Sessões Preparatórias dará por findada a sua incumbência.”

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 09/10/08.

(a) STEPHANES JÚNIOR

JUSTIFICATIVA:

Embasa-se esta alteração do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Paraná, para seguir uma das regras regimentais contida na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, ficando assim em consonância e, conseqüentemente homogêneas as referidas Casas Legislativas nas esferas estadual e federal.

Vislumbramos mais uma convergência democrática, onde, avulsamente, cada um dos nobres Pares desta Casa de Leis poderá almejar sua própria candidatura à Mesa Diretora.

Assim sendo, conto com o apoio dos nobres Deputados deste Legislativo para aprovação desta matéria.

Projetos de Lei

PROJETO DE LEI Nº 403/08
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica criado, o Curso de Especialização em Gerenciamento de Secretaria da Segurança Pública - CEGESP.

Parágrafo Único. O regulamento disporá sobre a grade curricular e carga horária do curso criado por este artigo, bem como sobre os requisitos para admissão de alunos.

Art. 2º O curso de especialização criado pelo artigo 1º equivale, para todos os efeitos legais:

I - aos Cursos de Aperfeiçoamento de Oficiais da Polícia Militar - CAO, do Corpo de Bombeiros Militar e de Delegados de Polícia de 2ª Classe da Diretoria-Geral da Polícia Civil;

II - a Cursos de Aperfeiçoamento com grade curricular e carga horária que atendam aos interesses do estado do Paraná, ministrados no exterior por organismos de segurança pública de países com os quais o Brasil mantenha acordo ou tratado internacional.

Art. 3º Os oficiais da Polícia Militar, do Corpo de Bombeiros Militar e os Delegados de Polícia que já frequentaram e concluíram curso no exterior, nos termos do inciso II do artigo 2º, terão o prazo de 60 (sessenta) dias, contado da vigência desta lei, para requererem aos respectivos Comandos-Gerais ou à Diretoria-Geral da Polícia Civil a convalidação do certificado ou documento equivalente comprobatório de sua situação.

Art. 4º Considera-se como de efetivo exercício de função de natureza militar e bombeiro militar ou de interesse militar ou bombeiro militar o afastamento de militar ou bombeiro militar da ativa, a partir de 01/01/06, motivado por exercício autorizado:

I - de cargo ou função em órgãos da Presidência da República e nas Forças Armadas do país, especialmente como integrante de contingente de tropas em missão de paz no exterior a serviço de organismos internacionais, na condição de adido militar ou representante do Brasil;

II - de cargo ou função no Gabinete Militar, na segurança do Palácio do Governo nas suas Superintendências de Administração, na Secretaria da Segurança Pública, em sua estrutura básica e complementar, bem como na de seus órgãos jurisdicionados, incluindo-se os Comandos Regionais existentes na Polícia Militar e no Corpo de Bombeiros Militar.

Parágrafo Único. Aos militares do estado, enquadrados na situação prevista neste artigo, não se imporá agregação, ficando-lhes assegurados todos os direitos estatutários, enquanto durar a sua disposição para a prestação de serviço fora de sua lotação.

Art. 5º O Poder Executivo regulamentará esta lei nas partes em que se fizer necessário.

Art. 6º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 09/10/08.

(a) MAURO MORAES

JUSTIFICATIVA:

O projeto de lei apresentado, objetiva a criação do Curso de Especialização em Gerenciamento de Secretaria de Segurança Pública, a ser aplicado nas Polícias Civil e Militar do Estado do Paraná.

A proposta se faz necessária, visto que vai valorizar os integrantes, investindo na qualificação desses profissionais através da realização do curso.

Desta forma esperamos o devido apoio e a conseqüente aprovação dessa colenda Casa ao projeto de lei apresentado.

PROJETO DE LEI Nº 404/08
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica prevista a entrega voluntária, por pessoas físicas ou jurídicas, de medicamentos fora do prazo de validade.

§ 1º As pessoas físicas ou jurídicas interessadas e que possuam em suas residências ou empresas, medicamentos fora do prazo de validade, poderão entregar, voluntariamente, os remédios em qualquer posto de saúde estadual ou municipal, próximo ao domicílio.

§ 2º As entregas serão acondicionadas em embalagens/urnas lacradas.

Art. 2º O Poder executivo realizará convênios com órgãos e entidades da sociedade civil para solicitação de recolhimento e destinação final destes produtos.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 09/10/08.

(a) CAÍTO QUINTANA

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto objetiva conscientizar a população para diminuir o hábito de guardar remédios após o término do tratamento. A idéia é lembrar a comunidade que remédios guardados em casa oferecem riscos à saúde.

A utilização de medicamentos vencidos ou impróprios por parte da população oferece riscos incalculáveis.

veis, já demonstrados pela Organização Mundial de Saúde (OMS), que mostram que 40% dos pacientes que dão entrada em prontos-socorros ou em unidades de pronto atendimento dos hospitais são vítimas de intoxicação medicamentosa, independente do prazo de validade do medicamento.

Outro risco indiscutível da prática de armazenamento de remédios vencidos diz respeito à destinação final destes produtos, uma vez que a maioria da população dispensa em lixos domésticos e indiretamente oferece riscos aos catadores que eventualmente possam vir a se utilizar destes produtos; riscos de animais que reviram lixos e, finalmente, riscos ao meio ambiente, já que muitos componentes destes produtos não são tratáveis do sistema de saneamento usual de água captada dos mananciais.

CONSTITUIÇÃO FEDERAL

TÍTULO VIII

Capítulo II

Seção II

Da Saúde

Art. 196. A saúde é direito de todos e dever do estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.

Art. 197. São de relevância pública as ações e serviços de saúde, cabendo ao Poder Público dispor, nos termos da lei, sobre sua regulamentação, fiscalização e controle, devendo sua execução ser feita diretamente ou através de terceiros e, também, por pessoa física ou jurídica de direito privado.

Art. 198. As ações e serviços públicos de saúde integram uma rede regionalizada e hierarquizada e constituem um sistema único, organizado de acordo com as seguintes diretrizes:

I - descentralização, com direção única em cada esfera de governo;

II - atendimento integral, com prioridade para as atividades preventivas, sem prejuízo dos serviços assistenciais;

III - participação da comunidade.

Parágrafo Único. O Sistema Único de Saúde será financiado, nos termos do artigo 195, com recurso do orçamento da seguridade social da união, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, além de outras fontes.

Art. 199. A assistência à saúde é livre à iniciativa privada.

§ 1º As instituições privadas poderão participar de forma complementar do sistema único de saúde, segundo diretrizes deste, mediante contrato de direito público ou

convênio, tendo preferência as entidades filantrópicas e as sem fins lucrativos.

§ 2º É vedada a destinação de recursos públicos para auxílios ou subvenções às instituições privadas com fins lucrativos.

§ 3º É vedada a participação direta ou indireta de empresas ou capitais estrangeiros na assistência à saúde, no País, salvo nos casos previstos em lei.

§ 4º A lei disporá sobre as condições e os requisitos que facilitem a remoção de órgãos, tecidos e substâncias humanas para fins de transplante, pesquisa e tratamento, bem como a coleta, processamento e transfusão de sangue e seus derivados, sendo vedado todo o tipo de comercialização.

Art. 200. Ao Sistema Único de Saúde compete, além de outras atribuições, nos termos da lei:

I - controlar e fiscalizar procedimentos, produtos e substâncias de interesse para a saúde e participar da produção de medicamentos, equipamentos, imunobiológicos, hemoderivados e outros insumos;

II - executar as ações de vigilância sanitária e epidemiológica, bem como as de saúde do trabalhador;

III - ordenar a formação de recursos humanos na área de saúde;

IV - participar da formulação da política e da execução das ações de saneamento básico;

V - incrementar em sua área de atuação o desenvolvimento científico e tecnológico;

VI - fiscalizar e inspecionar alimentos, compreendido o controle de seu teor nutricional, bem como bebidas e águas para o consumo humano;

VII - participar do controle e fiscalização da produção, transporte, guarda e utilização de substâncias e produtos psicoativos, tóxicos e radioativos;

VIII - colaborar na proteção do meio ambiente, nele compreendido o do trabalho.

CONSTITUIÇÃO ESTADUAL DO PARANÁ

Seção II

Da Saúde

Art. 167. A saúde é direito de todos e dever do estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem a prevenção, redução e eliminação de doenças e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços de saúde para a sua promoção, proteção e recuperação.

Parágrafo Único. Ao estado, como integrante do Sistema Único de Saúde, compete implementar ações destinadas a cumprir as atribuições referidas no artigo 200 da Constituição Federal.

Art. 168. As ações e serviços de saúde são de relevância pública, cabendo ao Poder Público dispor, nos termos da lei, sobre sua regulamentação, fiscalização e controle, devendo sua execução ser feita, preferencial-

mente, através de serviços oficiais e, supletivamente, através de serviços de terceiros, pessoas físicas ou jurídicas de direito privado.

Art. 169. As ações e serviços públicos de saúde integram uma rede regionalizada e hierarquicamente e constituem um sistema estadual de saúde, organizado de acordo com as seguintes diretrizes:

I - municipalização dos recursos, serviços e ações, com posterior regionalização dos mesmos, de forma a apoiar os municípios;

II - integralidade na prestação das ações, preventivas e curativas, adequadas às realidades epidemiológicas;

III - integração da comunidade, através da constituição do Conselho Estadual de Saúde, com caráter deliberativo, garantida a participação dos usuários, prestadores de serviços e gestores, na forma da lei.

Art. 170. O estado dotará os serviços de saúde de meios adequados ao atendimento à saúde da mulher.

Art. 171. A assistência à saúde é livre à iniciativa privada.

Parágrafo Único. As instituições privadas poderão participar, de forma complementar, do Sistema Único de Saúde, segundo diretrizes deste, mediante contrato de direito público ou convênio, tendo preferência as entidades filantrópicas e as sem fins lucrativos.

Art. 172. O estado manterá o Fundo Estadual de Saúde, a ser criado na forma da lei, financiado com recursos dos orçamentos da seguridade social, da união, do estado e dos municípios, além de outras fontes.

§ 1º O volume dos recursos a esse fim destinados pelo estado e municípios será definido em suas respectivas leis orçamentárias.

§ 2º É vedada a destinação de recursos públicos para auxílio ou subvenções a instituições privadas com fins lucrativos.

Pequeno Expediente:

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Com a palavra no Pequeno Expediente, Deputado Jocelito Canto.

Deputado Jocelito Canto (PTB)

O SR. JOCELITO CANTO

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

O que nos traz a esta tribuna hoje é um pedido especial, no que se refere às viaturas do SIATE. O Jornal da Manhã, de Ponta Grossa, está abrindo uma manchete que faltam viaturas, e com isso o SIATE tem seus trabalhos prejudicados.

Quando Prefeito de Ponta Grossa implantamos o SIATE na cidade. Em razão disso queremos aqui reivin-

dicar e pedir ao Secretário de Saúde do Paraná e ao Governador Roberto Requião que determine que a cidade de Ponta Grossa passe a receber mais viaturas. Porque esse é um dos sistemas mais modernos e mais perfeitos de atendimento à nossa população. Um trabalho tão bem feito e que salva tantas vidas não pode ficar sem atendimento.

Então, estou fazendo um requerimento, nesta manhã, para que novas viaturas sejam colocadas em Ponta Grossa. Esse trabalho que salva muitas vidas, principalmente pela posição de entroncamento rodoviário de Ponta Grossa, e tem atendido muitos acidentes na região também, junto com ambulâncias da Rodonorte, que o Governo não desampare esse programa iniciado aqui em Curitiba, quando o Prefeito era o atual Governador.

Faço esse pedido em público, duas ambulâncias já são necessárias, porque as atuais estão em situação crítica e precisamos preservar esse atendimento, que sem dúvida, para mim, é um dos mais belos atendimentos criados pela Medicina, ao lado do SAMU, que é uma fórmula moderna também de atendimento.

Pedir ao Governo que não espere que aconteça coisa pior, e que mande duas viaturas para a cidade de Ponta Grossa, porque é uma reivindicação do nosso povo e da nossa gente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Com a palavra o Deputado Osmar Bertoldi.

Deputado Osmar Bertoldi (DEM)

O SR. OSMAR BERTOLDI

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Primeiramente, quero dizer do grande prazer que tivemos no último domingo ao vencermos essas eleições de uma forma extraordinária. O Democratas, lá atrás, coligou com o Prefeito Beto Richa e consegui com isso ingressar, lado a lado, a um grupo de pessoas de bem que vem trabalhando por Curitiba. A prova desse espetacular trabalho foram os índices de aprovação, um dos Prefeitos mais votados no Brasil. E para a nossa grata satisfação, Sr. Presidente, o Democratas foi o partido que mais votos fez nessas eleições, depois do PSBD.

Tivemos a oportunidade de eleger três Vereadores. Tivemos, por muito pouco, a chance de fazer a quarta cadeira, fizemos 2.8, coisa que se chegássemos a fazer 3.10, através das sobras de legendas, teríamos mais uma cadeira na Câmara Municipal. Tivemos votações extraordinárias como o Genival dos Santos, um líder comunitário que atua na região do Bairro Alto, que teve a oportunidade de fazer 5 mil e 700 votos, e por apenas 100 votos, infelizmente, não ocupará uma cadeira na Câmara Municipal. Tivemos a oportunidade de reeleger a Vereadora Julieta Reis. Tivemos também a grata surpresa de ter Denilson Pires como Vereador de Curitiba, ele que é Presidente do Sindicato dos Motoristas e Cobradores da

nossa cidade. Também reelegemos o Vereador Sabino Picollo, com uma votação extraordinária de quase 10 mil votos.

A meu ver, foi uma eleição atípica, uma eleição onde houve uma renovação na Câmara Municipal bastante expressiva. Há muitos anos não havia essa renovação. Fui Vereador por três vezes em Curitiba, de 1992 até 2004, e me lembro que nas eleições sempre os Vereadores que ocupavam cadeiras na Câmara, na sua grande maioria, se reelegeram.

Tivemos a grata satisfação também, de, por outro partido, eleger o irmão da Cida Borghetti, o Juliano Borghetti, no bairro Mercês, bairro onde a minha família está radicada há muitos anos. E eu fico contente, Cida, independente das cores partidárias, em saber que as Mercês, desde quando eu deixei de ser Vereador, volta a ter um Vereador naquela região. Isso para nós, que somos daquela comunidade, que atuamos na Vista Alegre, em Santa Felicidade, tenho certeza que o Juliano honrará o nome da família Borghetti, família radicada em Curitiba há muitos anos e a Cida, que é nossa amiga Deputada, ao longo da sua vida casou-se com o Ricardo Barros, radicou-se em Maringá, fez a sua base política e sua vida política lá, mas nunca esqueceu das raízes de Curitiba e das raízes, em especial, do bairro das Mercês, onde seu pai foi um dos pioneiros e onde tive a grata satisfação, durante a campanha, de estar presente na inauguração do comitê das Mercês, do Juliano Borghetti, e pude rever amigos e familiares da Cida, em especial a sua mãe que estava lá, firme e forte, como grande cabo eleitoral do Juliano, o que não poderia ser diferente.

Eu vejo que Curitiba ganha com essas eleições, ganha porque reafirma um novo mandato e renova um novo mandato para o Prefeito Beto Richa, mas acima de tudo também oxigena a Câmara. É claro que nós que atuamos na política, aqui em Curitiba, ficamos muitas vezes tristes quando vemos alguns colegas Vereadores não se elegerem, mas em especial tenho que dizer que é importante para a democracia essa renovação. Vejo um episódio muito triste que aconteceu com o partido, com o PTB, que um grande amigo meu, o Vereador José Roberto Sandoval, fez 7 mil e tantos votos, votos possíveis para eleger um Vereador em qualquer partido e infelizmente, por uma falta de legenda, deixa de ser Vereador de Curitiba. Um homem sério, trabalhador, que atua na região de Santa Quitéria e que sempre atuou com os evangélicos.

Posso observar que a cidade terá uma nova gestão, com novas propostas, com novo grupo político se aglutinando em torno de um nome que se torna uma grande liderança no nosso estado e no Brasil. Tivemos durante a campanha uma reunião muito interessante, onde todo este grupo se reuniu em Curitiba e vieram dois Governadores: Aécio Neves e José Serra. Observei que o Beto Richa, hoje, sem dúvida nenhuma, é e será o terceiro nome do PSDB. Algo que nestas eleições para nós, Democratas, é motivo de muito orgulho, a ascensão do nosso Prefeito de

São Paulo, o Kassab. O Kassab começou sua campanha atrás do Alckmin, atrás da Marta e mostrando as realizações e a eficiência da gestão Democratas ao povo de São Paulo, passa à frente da Marta já no primeiro turno. Tenho certeza que estaremos sendo vitoriosos na maior cidade do Brasil, em São Paulo.

São Paulo representa, hoje, o terceiro orçamento do país. O primeiro orçamento é o da união, o segundo vem a ser o do próprio Governo do Estado de São Paulo e o terceiro orçamento da cidade de São Paulo. Para nós que queremos o bem da cidade e queremos mostrar a eficiência das gestões Democratas pelo Brasil afora, será uma vitrine para ver que é possível, sim, agir com responsabilidade, com critério, modernizar uma cidade e fundamentalmente mostrar que muitas vezes medidas radicais, como o Kassab teve, de limpar a cidade na questão da poluição visual, com certeza naquele primeiro momento criou-se um grande impacto e agora, na última Veja, mostra como um dos cinco exemplos brasileiros de boa gestão, a questão da limpeza da cidade, da paisagem urbana.

Também nesta mesma revista Veja mostra Curitiba com a eficiência dos seus corredores de transporte coletivo, com seu sistema urbanístico. Curitiba, que sempre é exemplo para o Brasil em políticas públicas, tenho certeza que com esta cooperação, PSDB e Democratas, poderemos estar ajudando a cidade nas questões urbanas, ambientais e principalmente no que diz respeito a projetar esta cidade para o próximo milênio.

Queria agradecer a oportunidade que o Partido Democratas me deu, de ser Presidente do Diretório Municipal e poder estar lado a lado com o Beto Richa nesta campanha. Queria também agradecer aos companheiros Deputados Democratas, que em momento algum deixaram faltar comigo o apoio necessário para que pudéssemos conduzir o processo de coligação partidária, junto com o PSDB. Em especial na pessoa do Presidente Nelson Justus.

Queria também dizer aos colegas Deputados que aqui estiveram disputando as eleições, sempre digo que numa eleição majoritária você entra de um tamanho e sempre sai maior, porque é nesse momento que é possível debater a cidade, a comunidade em que vivemos.

Queria parabenizar ao Jocelito Canto e a todos que foram candidatos nestas eleições, pela coragem de colocar seus nomes, frente a frente com suas comunidades, e poder avaliar e debater as eleições. Não existem nem vitoriosos nem vencidos. Existem, sim, pessoas de bem que querem defender suas idéias e que, com certeza, nestas eleições tiveram a oportunidade de exercitar aquele bem maior que temos para com nossa comunidade, que é o exercício da democracia, o exercício de poder expor suas idéias e, é claro, o povo escolher a melhor proposta.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Próximo orador inscrito, Deputado Elio Rusch.

Deputado Elio Rusch (DEM)

O SR. ELIO RUSCH

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Numa forma muito especial cumprimentar o Deputado Reni Pereira, nosso companheiro do oeste do Paraná, da nossa querida cidade de Foz do Iguaçu, um grande tributarista aqui da Assembléia e do estado do Paraná, que sempre tem marcado as suas posições firmes em defesa do nosso estado e da nossa população, bem como o Deputado Duílio Genari, que também é do oeste do Paraná, junto conosco e com outros Deputados, sempre estamos em busca da defesa dos interesses da nossa sociedade. E por que eu cumprimentei o Deputado Reni Pereira de uma forma muito especial, de Foz do Iguaçu, como o Deputado Dobrandino também e o Deputado Chico Noroeste? Queremos deixar claro, Srs. Deputados, que acredito de sua consciência, não é pautado pela imprensa, e muito menos por colunistas, mas quando a notícia é divulgada, ela tem que ser reproduzida, repicada na Assembléia Legislativa, ou aonde nós atuamos.

E vemos, Deputado Reni Pereira, com muita tristeza, que Foz do Iguaçu é uma das cidades mais violentas, não só do Paraná como do próprio país, na questão da segurança pública. E agora não tomamos por surpresa nenhuma quando vemos estampado em manchete nos jornais que o Paraná é o terceiro estado que menos gastou com segurança em 2007. A que conclusão nós chegamos, Deputado Pastor Edson? Que o estado deve investir nas mais diversas áreas, não só na Segurança, mas investir na Educação, investir na área social, porque investindo na Educação automaticamente vamos reduzir o número de criminalidade. Mas a Segurança é ponto fundamental.

Eu, nesta tribuna, tenho manifestado por inúmeras vezes que no Paraná, especialmente a região oeste, de Foz do Iguaçu até Guaíra, deve receber por parte do Governo um tratamento diferenciado na questão da Segurança, porque de nada adianta o Governo Federal, os Governos Estaduais, o Governo de São Paulo, Rio de Janeiro, enfim, os grandes centros do nosso país, combaterem a criminalidade. O que o Governo precisa fazer? Os Governos Estaduais nos seus respectivos estados, e no Paraná de uma forma muito especial, o Governo do Estado, em parceria com o Governo Federal, envolvendo os mais diversos setores, de dar um tratamento diferenciado na nossa região oeste. Porque o armamento, as drogas, elas entram por onde? Entram pela fronteira, entram aqui pelo lago de Itaipu, Foz do Iguaçu, ou entra pela divisa seca, aqui no Mato Grosso do Sul, a divisa com o Paraguai, a divisa com a própria Bolívia.

Então, o Governo Federal deve investir mais exatamente na fronteira do nosso país, mas em especial no estado do Paraná. Vejo com muita tristeza que o Paraná só investiu mais do que o Piauí e o Ceará, ele ficou atrás de 23 estados da nossa federação na questão da Segurança Pública. Não dá para aceitar isso.

No início do atual Governo, o Governador se intitulou Secretário da Segurança Pública. Ele mesmo iria comandar a Segurança Pública do Estado do Paraná. Não conseguiu resolver e nomeou um Secretário, o Delazari, que no começo estava mais preocupado com os holofotes, em querer aparecer, do que fazer uma segurança efetiva no nosso estado. Chegou ao cúmulo de ir à nossa região oeste do Paraná, participar de uma reunião com empresários e registrar sua presença com o nome de Roberto Carlos e a profissão de cantor.

Ora, agora vemos os dados divulgados pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública que o estado do Paraná só investiu mais que os estados do Piauí e Ceará.

O Governo tem que investir mais em Segurança Pública. Recentemente aprovamos aqui uma mensagem aumentando o número de Oficiais no estado do Paraná e também de Praças. E quando discutimos o projeto fizemos menção que existe um déficit de 4 mil homens.

Então, por que não fazer concurso? Por que não se contrata? Precisamos aumentar o nosso efetivo, aumentar as viaturas. Precisamos investir mais na Segurança Pública, porque lamentavelmente o estado do Paraná é o terceiro estado que menos investe na Segurança Pública. Ganhamos apenas do Piauí e Ceará e perdemos para todos os demais estados.

Está aí um dado para o Governo pensar e refletir seriamente na questão da Segurança. Não adianta ter tudo na frente da sua casa, mas ficar inseguro como o seu patrimônio.

Então, cabe só uma questão: investir mais e destinar mais recursos para a Segurança.

Passa a usar o horário da Liderança do DEM

Concedido um aparte à Deputada Rosane Ferreira.

A Sra. Rosane Ferreira (PV)

Quero me somar ao seu pronunciamento, porque temos que ter a sensação de segurança. Devemos estar protegidos e ver o policial, ver a viatura.

No ano passado fizemos aqui uma romaria e discutimos muito, nesta Casa, a questão da Segurança. Fizemos várias audiências públicas; trouxemos o Secretário a esta Casa. Precisamos, sim, investir mais em Segurança. A região metropolitana, que representamos e outros Deputados aqui, é um caso especial. Naquele processamento geopolítico que foi apresentado mostrou os altos índices, as taxas de homicídios, os futuros, os roubos, os roubos de carros. E ainda não tivemos a resposta adequada no sentido de investimento em Segurança para a região.

Araucária está um horror. Temos agora muitas agressões sendo sofridas na área rural de Araucária. Tivemos no mês anterior um casal assaltado e queimado. Uma semana antes, um Padre morto na área rural, tam-

bém vítima de latrocínio. Então, a coisa é muito séria, precisamos realmente investir.

E as outras políticas, como o senhor bem frisou, são necessárias, investir em Educação, em trabalho, em Saúde, e em oportunidades para as pessoas. Mas é necessário, sim, investir em Segurança propriamente dita, investir em viaturas, em aumento de efetivo, para que as pessoas se sintam seguras e seja feita uma política de prevenção à criminalidade.

Então, quero me somar ao seu pronunciamento, acho que temos que pedir um relatório, Deputado Elio Rusch, do que realmente foi investido desde a vinda do Secretário aqui e o que mudou no sentido de investimentos em efetivo e infra-estrutura. Solicitar esse relatório, podemos fazer isso através da Comissão de Segurança, pedir para que o Deputado Mauro Moraes faça essa solicitação, e podemos nos somar a isso para que se dê uma resposta à comunidade do que realmente foi feito em investimentos.

Com relação à região metropolitana, até agora não sentimos nada de melhora desde a vinda do Secretário.

Muito obrigada.

O SR. ELIO RUSCH (DEM)

Agradeço a participação da Deputada Rosane Ferreira.

Quero dizer que os número que foram apresentados pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública são assustadores em relação à Segurança para o nosso estado. E a senhora disse muito bem, Deputada, a sociedade tem que ter ao menos a sensação de estar segura. E como ela tem essa sensação? E como ela se sente segura? Quando ela vê que o Governo investe mais em Segurança, mais policiais na rua, mais viaturas na ruas. Quer dizer, é uma forma de, pelo menos, você mostrar à sociedade que efetivamente o Governo está investindo.

O que nós presenciamos agora, nos últimos dias, na cidade de Guaíra? Uma chacina, dezenas de pessoas foram mortas. Agora, se eles estão envolvidos na criminalidade ou não, isso vai ser apurado pela Polícia, mas com toda a certeza. Quer dizer, a forma como a imprensa tem divulgado, são pessoas que estavam envolvidas, pelo menos parte dessas pessoas estava envolvida no mundo da criminalidade. E por que estão envolvidas? Muitas vezes são pessoas humildes, pessoas simples que são usadas pelos poderosos de fazer o tráfico da drogas, como também do próprio armamento. E aí cabe a parte de quem? Do Governo do Estado.

Quer dizer, acredito e apelo ao Governo do Estado que se fale menos, mas que haja mais. De conversa, de discursos e de pronunciamentos a sociedade está cheia. O que precisamos, efetivamente, é que o Governo do Estado mostre que ele está investindo mais em Segurança. E aí eu falo de novo, não é só o Governo Estadual, mas o Governo Federal também tem que patrulhar mais e fiscalizar mais as divisas do nosso país com outros países,

por onde entram, como eu já disse, as drogas e o armamento.

Deputado Rosane, aquilo que a senhora sente na sua cidade, em Araucária, com toda certeza, as pessoas de Colombo, de Almirante Tamandaré, de Pinhais, de São José dos Pinhais, de Fazenda Rio Grande, enfim todas as cidades da região metropolitana devem viver o mesmo clima, a mesma sensação da insegurança que temos hoje no nosso estado.

Por essa razão quero deixar bem claro que não somos pautados por ninguém, mas quando você vê dados divulgados que só ganhamos do Ceará e do Piauí, em termos de investimentos em Segurança, responde toda a dúvida e a insegurança que o paranaense sente, por parte da Segurança Pública, que é colocar à disposição da nossa sociedade.

Espero que isto possa servir para uma reflexão profunda por parte do Governo do Estado e que façamos investimentos, efetivamente, na Segurança, tanto com equipamentos como também com elementos humanos, tanto na Polícia Militar como na Polícia Civil, enfim, em outros setores também. E buscamos as parcerias necessárias para que possamos dar um tratamento diferenciado nas regiões de fronteira, em especial na região oeste do Paraná, aonde acontece a entrada do armamento e que os marginais e os ladrões usam o lago de Itaipu para transformar os objetos roubados aqui no Brasil, usam o lago de Itaipu para levar para outros países.

Seria esta a nossa colocação. Agradeço e espero que isto sirva para reflexão por parte do Governo do Estado. Não é admissível que o estado do Paraná, um estado rico, poderoso, que se industrializa, que começou a era da industrialização com o Deputado Nelson Justus, quando era Secretário da Indústria e Comércio, sucedido pelo hoje Deputado Eduardo Sciarra, que conseguiu trazer as grandes empresas, o setor automobilístico para o estado do Paraná, como outras grandes indústrias. E sem sombra de dúvidas, aumentou a receita do estado do Paraná em muito. Agora, se aumenta a receita, precisamos fazer com que o Governo também invista em áreas essenciais. E a Segurança Pública é uma área essencial para proteger a sociedade do nosso estado do Paraná.

Agradeço aos Srs. Parlamentares, de forma muito especial ao Presidente e aos Srs. Deputados.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Concedemos a palavra ao próximo orador inscrito, Deputado Reni Pereira.

Deputado Reni Pereira (PSB)

O SR. DEPUTADO RENI PEREIRA

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, membros da imprensa presente.

Hoje pela manhã escutei em várias rádios da capital, vários jornais, mencionando e comentando a respeito do pacote tributário.

Queria cumprimentar inicialmente o Presidente da CCJ, Deputado Durval Amaral, que tomou a iniciativa de fazer várias Audiências Públicas no interior do estado e na capital, para debatermos esta mini-reforma tributária do estado do Paraná.

Quero cumprimentar também à Mesa Executiva, que aquiesceu nesta medida e concordou. Também escutei algumas entrevistas por parte dos Líderes do Governo e da Oposição. O Líder do Governo, preocupado que esta medida efetivamente tenha o reflexo que o Governo espera, que é diminuir o preço dos produtos, principalmente aqueles produtos de maior consumo: e o líder da Oposição, preocupados com o aumento da carga tributária. E tanto o Deputado Durval Amaral quanto eu, me dispus a fazer, realmente, o discurso do equilíbrio. Acho que esta medida tomada pelo Presidente da CCJ vai garantir não só o equilíbrio como a transparência desta lei tão importante para o nosso estado. Mas, também com estas Audiências Públicas, teremos o tempo de amadurecer esta idéia e, daqui a pouco, adaptar este texto à nova realidade econômica a que o mundo está se submetendo e que o Paraná certamente terá que se submeter.

Temos uma crise econômica que vai ter reflexos. Tomara que sejam os mínimos possíveis aqui no estado do Paraná. Mas, não podemos fazer a “política de avestruz” e pensar que nada vai mudar, principalmente nas relações de consumo aqui dentro do estado do Paraná. E é justamente nas relações de consumo que está toda a base de cálculo do ICMS. O ICMS é o maior imposto que o estado arrecada, e para isso ele precisa deste imposto para fazer frente não só a ações de segurança, como foi recentemente aqui tema do discurso do nosso Deputado do oeste do Paraná, Deputado Elio Rusch, que sabe que hoje a Segurança Pública é um problema não só da fronteira, mas de várias cidades do estado do Paraná, e não adianta pensar que o estado vai fazer Segurança se não tiver dinheiro, nem para contratar, nem para tomar medidas; precisa ter dinheiro para fazer investimentos. Talvez aí vá mais um dos indicativos de nós termos sido o terceiro estado que menos investiu em Segurança Pública. E também não adianta fingir que essa realidade não existe.

Eu, já desde o início desse atual mandato, tenho alertado que a economia do estado do Paraná vem sofrendo um reflexo de arrecadação de algo que foi plantado ainda no Governo anterior. Isso é uma realidade. Só que agora acabou a época da colheita, está na época de também plantar medidas para que a economia se sustente. E é uma preocupação que tenho justamente de saber qual é o equilíbrio que deveremos ter na legislação, que é o nosso papel nesta Assembleia Legislativa, para garantir recursos ao estado. Independente de ser um Deputado da Oposição ou Situação, temos, quando se trata de tributos e de arrecadação, que ter um discurso da responsabilidade. E é justamente isso que eu quero louvar aqui, mais

uma vez, o Presidente da CCJ, o Presidente desta Casa, por estar levando a Assembleia Legislativa para o interior do estado, para o debate com associações comerciais, porque o empresário merece, no mínimo, esse respeito, afinal de contas isso vai alterar a sua relação para com o Governo do Estado no que diz respeito ao pagamento, ao reflexo que essa nova modalidade tributária, esse aumento em alguns segmentos da economia, principalmente a energia e o combustível, vai ter o reflexo na sua produção, e também, principalmente, na relação que existe entre o custo da produção e a geração de emprego.

Tenho certeza que num momento tão delicado como este, nem o Líder do Governo, que é o porta-voz do Governo, nem o Líder da Oposição, que também tem essa preocupação, que é um momento delicado e não podemos querer aumentar em cima de algo que não pode mais pagar. Seria como você tirar leite de pedra. Infelizmente, a carga tributária, hoje, no Brasil e no Paraná, não é diferente. Ela está no seu limite, e temos que ver se o potencial econômico, principalmente do setor produtivo do nosso estado, comporta esse aumento na arrecadação, e principalmente o aumento da tributação. Agora, tenho certeza que esse equilíbrio que nos propusemos ontem, vários Deputados, em especial o Presidente da CCJ, e eu como Presidente da Comissão da Reforma Tributária, essa será a pauta do diálogo entre a Oposição e o Governo, porque é um momento que a responsabilidade com o desenvolvimento do nosso estado tem que estar acima da bandeira política, até porque não podemos esquecer que o mundo não será o mesmo, provavelmente.

Espero que essa crise não dure mais que uma ou duas semanas e que possamos desenhar o novo esquema do desenvolvimento econômico do Brasil, do nosso estado, depois dessa tsunami, como disse o Presidente Lula. Mas não adianta fazer a política da avestruz. Que vai acontecer alguma coisa na economia do Paraná e do Brasil, vai. E esse debate com a sociedade vai permitir justamente isso: que tenhamos o tempo necessário para amadurecer essa mensagem e para buscar o equilíbrio também, e de repente até emendar essa mensagem para fazer as adequações necessárias em relação a outros segmentos da economia paranaense, principalmente o cooperativismo, que gera milhares de empregos no nosso estado. Acho que é o momento de debatermos o que a legislação pode contribuir, e é o esse papel da Assembleia: de buscar uma legislação moderna e aliada do desenvolvimento.

Então, espero, Deputado Romanelli, que não venha um discurso por parte do Governo que a Oposição está querendo melar isso aí. Espero que ele tenha sensibilidade de entender que esse debate com a sociedade é para amadurecer essa idéia, e esse tempo que vamos debater com a sociedade é o tempo necessário para se acomodar a situação econômica do Brasil e do Paraná, e daqui a pouco tenhamos a oportunidade de emendar e até mesmo entender que não é o momento nem de aumentar, ou daqui a pouco, diante da responsabilidade que cabe a

cada um de nós, até mesmo aumentarmos, de acordo com o equilíbrio que se fizer necessário para que o Governo garanta os recursos para suas necessidades essenciais.

Espero a compreensão, principalmente, da sociedade paranaense, que espera deste Parlamento a sua contribuição para ajudar no desenvolvimento econômico do nosso estado.

Tenho certeza que esta maturidade vai existir por parte de todos os Deputados, porque não está em jogo nenhuma bandeira política e nem partidária. O que está em jogo é garantir ao estado do Paraná um mecanismo legal, que permita, que supere essa crise e continue se desenvolvendo e, de repente, apresentar um desenvolvimento acima da média nacional.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Próximo orador inscrito, o Deputado Mauro Moraes.

Deputado Mauro Moraes (PMDB)

O SR. MAURO MORAES

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

O assunto hoje é Segurança, em decorrência da publicação na Gazeta do Povo sobre o Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Digo isso por se tratar de uma constante preocupação nossa, a Segurança do estado do Paraná.

Estamos bem aquém do investimento *per capita*, comparando com outros estados. Por exemplo, no Rio Grande do Sul temos quase R\$ 150 *per capita* e no Paraná não temos nem R\$ 100.

No ano passado tivemos investimentos de, aproximadamente, R\$ 150 milhões, ou seja, 15% a mais no orçamento para gastar em 2008, aprovado por esta Casa.

Vamos lutar, no Comissão de Segurança, para que possamos apresentar uma emenda de 20% e ter mais 200 milhões para serem investidos em Segurança do estado do Paraná.

O que não dá para suportar é o descaso do Secretário da Segurança para com esta Casa, em especial pela Comissão de Segurança. Depois daquela reunião o Secretário disse que, em cinco dias, encaminharia as respostas formuladas pela Comissão de Segurança. Já se passaram cinco meses e nenhuma resposta chegou.

Solicito ao Sr. Presidente, ao Líder do Governo, ao Secretário Alexandre Curi que ficou encarregado, que intercedam junto à Secretaria da Segurança, porque sem informações não tem como trabalhar.

A Comissão de Segurança nunca trabalhou tanto, foram mais de 20 Seminários, 20 Audiências Públicas realizadas. Quero aqui agradecer à Deputada Rosane Ferreira, ao Deputado Elio Rusch, ao Deputado Reni Pereira que contribuíram para que pudéssemos realizar essas Audiências e Seminários. Mas sem as informações necessárias não podemos dar continuidade ao trabalho. O tra-

balho continua. A cruzada que estamos fazendo contra a violência vai continuar, doa a quem doer.

O estado do Paraná está vivendo uma verdadeira epidemia do crack, que mata 100 vezes mais do que a epidemia da dengue. Não podemos ficar de braços cruzados, de olhos fechados mediante essa situação horrível que o Paraná vive. Hoje, mais de 80% das drogas, armas e munições distribuídas a todos os estados brasileiros, infelizmente vêm das nossas fronteiras. É um verdadeiro absurdo, Sr. Presidente, ostentarmos essa posição, hoje, no Brasil. Oitenta por cento das drogas distribuídas para outros estados, as catástrofes que acontecem no Rio de Janeiro e São Paulo na área de Segurança, são oriundas do Paraná. E aqui em nosso estado também 76% dos crimes contra a vida e contra o patrimônio, ou seja, homicídios, roubos, furtos, têm origem nas drogas.

Então, não podemos mais, esta Casa não pode mais ficar de braços cruzados. Temos que tomar providências, fazer um investimento maior e fechar as nossas fronteiras, logicamente que com a ajuda da Polícia Federal e até da Polícia Municipal, que é a Guarda Municipal de Foz do Iguaçu e região. Mas, não dá mais para calar, não dá mais para fechar os olhos mediante a escalada do crime, a escalada da violência que acontece no estado do Paraná. E não adianta dizer que está tudo bem, não adianta.

Também peço ao Presidente que possamos colocar em votação aquele veto de que o nosso projeto foi aprovado e que trazia a transparência à Secretaria da Segurança, que foi aprovado por unanimidade por esta Casa, que a Secretaria tem que informar todo tipo de crime que está acontecendo. Não pode haver manipulação e nem informações erradas. Não estamos aqui dizendo que há informações, mas com esse projeto de lei apresentamos, o agente que der informações, ou manipular dados, vai ficar suscetível a ser punido administrativamente e penalmente.

Então, fica aqui o meu apelo final.

Passa a usar o horário da Liderança do PMDB

Concedo um aparte ao Deputado Jocelito Canto.

O Sr. Jocelito Canto (PTB)

Deputado Mauro Moraes, ou estou enganado porque eu estava aqui ouvindo com um ouvido o senhor e com o outro o Deputado Péricles e o Deputado Artagão. V. Exa. está a criticar o Governo?

O SR. MAURO MORAES (PMDB)

Não, não é bem crítica ao Governo, acho que estamos cumprindo com a nossa função de Deputado para que possamos ter as informações necessárias, como Presidente da Comissão de Segurança, para que esta Casa não possa fechar os olhos e cruzar os braços diante da escalada do crime que está acontecendo em nosso estado.

O Sr. Jocelito Canto (PTB)

Mas, isso tem a ver com o Governo do Estado?

O SR. MAURO MORAES (PMDB)

Temos que dar a nossa parcela de contribuição.

O Sr. Jocelito Canto (PTB)

Claro. Deputado, há muito tempo estou vendo aqui nesta Casa, há muito tempo tenho visto esse comentário, o Secretário veio aqui, fez uma prestação de contas e voltamos a ver essa novela de novo. Quer dizer, a Segurança continua na mesma situação e o PMDB, partido de V. Exa., que V. Exa. critica neste momento, parece que não tomou providência ainda para atender aquilo que os representantes do povo estão a cobrar, que são os Deputados e que é V. Exa. É isso que eu entendi. V. Exa. está cobrando isso?

O SR. MAURO MORAES (PMDB)

Novamente, Deputado Jocelito, estou pedindo ao Secretário da Casa, Deputado Alexandre Curi, ao Presidente, Nelson Justus, ao Líder do Governo, Deputado Romanelli, que intercedam junto à Secretaria da Segurança para que eles possam encaminhar as respostas às nossas indagações, porque desde aquela reunião não chegou nenhuma resposta à Comissão de Segurança e estamos aí sem condições de trabalho. Vamos fazer uma nova reunião na semana que vem, uma convocação de todos os membros da Comissão de Segurança, para que possamos, novamente, voltar a esse assunto. Ou a Secretaria responde às nossas indagações para que possamos tomar providências, ou novamente teremos que voltar àquele assunto que V. Exa. citou: convocamos ou não o Secretário aqui para dar a esta Casa as informações que tanto precisamos para que possamos tomar providências. Mas, sem essas informações, estamos de mãos atadas, não podemos trabalhar. Não sabemos quantos furtos de veículos houve: diminuiu, aumentou? Não sabemos quantos homicídios: diminuiu, aumentou? Não sabemos quantos policiais foram punidos, quantas sindicâncias foram abertas. Quanto à Polícia Militar do Paraná quantos foram punidos, quantos foram absolvidos, quantas sindicâncias foram abertas contra os policiais civis, quantos o Secretário ou o Diretor Geral puniu, quantos ficaram impunes. Precisamos saber destas informações para que possamos tomar providências.

Com respeito àquilo que nos cabe de aumento do orçamento, a Comissão de Segurança vai se reunir e apresentar uma emenda no orçamento, de um aumento de 15 a 20%. Vamos discutir, para que possamos ter mais verba na área de Segurança e comprar mais armamentos, aumentar o efetivo da Polícia Militar, da Polícia Civil, fazer de tudo para que possamos ter de volta os módulos policiais nos bairros da capital e da região metropolitana, que inibam a ação dos bandidos. É muito importante para a nossa capital e para a região metropolitana, para que possamos comprar mais armamentos. Armamentos sofisticados,

porque hoje os bandidos, delinquentes, têm muito mais armas do que a própria Polícia, para que possamos, efetivamente, fazer com que o cidadão curitibano e paranaense possa ter a tranquilidade de andar nas ruas, porque hoje existe uma inversão de valores. O cidadão de bem tem que ficar trancado dentro de casa, com grades nas portas e janelas, enquanto os bandidos estão transitando livremente pelas ruas da nossa cidade, ocupando nossos parques, nossos bosques, nossas praças.

Não dá mais para suportar a escalada de violência do estado do Paraná! Alguma coisa tem que ser feita. E tem que ser feita nesta Casa. Mas, sem as informações necessárias, sem saber o que está acontecendo, como é que vamos tomar as providências, Sr. Presidente, Sr. Líder do Governo que me acompanhou até o Secretário de Segurança, que disse que em cinco dias teríamos todas as respostas à todas as indagações feitas pela Comissão? Infelizmente isto não aconteceu.

E volta novamente o assunto, graças a esta reportagem do Fórum Brasileiro de Segurança, que aconteceu, onde os dados também estão em branco no estado do Paraná. Não sei por quê razão. Você olha lá os dados e estão todos sob tralhas. Temos que dar as informações para todos: imprensa, Deputados. Acho que a Secretaria da Segurança tem que deixar em aberto. Temos que saber se efetivamente estão acontecendo mais homicídios, mais furtos, mais roubos, o que está acontecendo dentro das Polícias Militar e Civil.

Os Deputados, na verdade, são os guardiões da cidade, são os fiscais do Executivo. E têm todo o dever de saber, quer seja da Secretaria da Segurança ou de qualquer outra Secretaria. E já disse que não digo isso porque a ocasião se oferece, porque saiu uma matéria hoje na Gazeta do Povo. Digo porque trata-se de efetivamente uma constante preocupação minha e desta Casa. Precisamos saber o que está acontecendo na Secretaria da Segurança, para que possamos dar a parcela de contribuição desta Casa, aumentar o orçamento e procurar, em conjunto, resolver as dificuldades que se apresentam. Pode ter certeza que esta cruzada que estamos empreendendo contra o crime no Paraná vai continuar: as Audiências nos bairros de Curitiba, também na região metropolitana e nas grandes cidades do Estado do Paraná.

O Sr. Elio Rusch (Aparte)

Deputado, quero parabenizar V. Exa. como Parlamentar, mas principalmente como Presidente da Comissão de Segurança Pública da Assembléia Legislativa. Não poderia esperar outra manifestação a não ser esta que V. Exa. expressa, neste momento, da tribuna, como Parlamentar e como Presidente desta Comissão. Tenho certeza que o sentimento que V. Exa. sente, neste momento, é o sentimento de toda a sociedade do Paraná.

Quando usamos a tribuna, no início da Sessão, fizemos menção em relação aos investimentos que o Governo do Estado do Paraná fez durante 2007 na Segurança Pública. São números, realmente, de lamentar.

Quer dizer, você deve ter lido também que o Paraná só ganhou do Piauí e do Ceará e perdeu para os demais estados, em relação. Quero cumprimentar V. Exa., continue com seu trabalho. O senhor é do mesmo partido do Governador, mas a questão da Segurança Pública não tem Oposição e não tem Situação. A Segurança, é um dever do Governo do Estado oferecer segurança para a população, e como é um direito da sociedade ver, ao menos, o Governo investir na Segurança, ao menos oferecer para a sociedade aquilo que esperamos, que é segurança.

Cumprimentar V. Exa., continue com o seu trabalho como Presidente desta Comissão. Esperamos que o Governo do Estado se sensibilize diante daquilo que acontece no nosso estado. Fico entristecido, Deputado Mauro Moraes, quando vejo V. Exa. como Presidente da Comissão ir à tribuna e fazer um desabafo, tornar público que as solicitações que a Comissão fez ao Governo do Estado para a Secretaria de Segurança Pública não foram atendidas, e o senhor não recebeu essa documentação. Fico triste em ouvir da vossa pessoa essa manifestação. Mas quero lhe parabenizar pela coragem que V. Exa. tem de fazer esse pronunciamento de veemência contra o próprio Governo do Estado em relação à Segurança Pública.

Parabéns.

O SR. MAURO MORAES (PMDB)

Obrigado, Deputado Elio Rusch.

Quero deixar bem claro que não é contra o Governo, é a favor da população do estado do Paraná. E espero, Sr. Líder do Governo, Sr. Líder da Bancada do PMDB, que eu não seja destituído também da Comissão de Segurança porque estou fazendo este pronunciamento. Eu já fui destituído da Comissão de Justiça e espero do Líder do Governo, do Líder do nosso partido, que eu não seja destituído da Comissão de Segurança porque estou pedindo à Secretaria da Segurança que nos encaminhe as respostas aos nossos ofícios.

Então, fica aqui a minha solicitação, tenho certeza que o Presidente vai interceder por nós, e as indagações que a Comissão fez à Secretaria há meses atrás virão até as nossas mãos. Agradeço de coração e pode ter certeza que vamos dar continuidade a esta caminhada contra a violência que tomou conta do Paraná. E não adianta dizer que está tudo bonitinho e que o crime está diminuindo em nosso estado. Todos nós sabemos que não é verdade, todos nós sabemos que a escalada do crime continua em ascensão e que temos que estancar o que está acontecendo.

Muito obrigado, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Próximo orador inscrito, com a palavra o Deputado Artagão Mattos Leão.

Esta Presidência, com satisfação, anuncia a presença dos Vereadores Caio Stadoski e Cláudio Mortari, da Fazenda Rio Grande, a pedido do nosso companheiro Alysson. Sejam bem-vindos a Casa.

Com a palavra o Deputado Artagão, antes porém, esta Casa, a Mesa, respondendo ao Deputado Mauro Moraes, fará todos os esforços para que o requerimento de V. Exa. à Secretaria da Segurança Pública seja respondido e venha a esta Casa. Nós imaginávamos que isso já tivesse ocorrido e lamentamos profundamente que não tenha sido feito.

Com a palavra o Deputado Artagão.

Deputado Artagão Júnior (PMDB)

O SR. ARTAGÃO JÚNIOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, amigos da imprensa, senhores e senhoras presentes.

Mais uma vez ocupamos a tribuna desta Assembleia Legislativa para falar sobre aspectos de interesse da nossa sociedade. Naturalmente que nos últimos meses tivemos as atividades bastante divididas, aquelas exercidas aqui nesta Casa de Leis, e também aquelas que nos são obrigatórias na participação do processo político que ocorreu no nosso estado, terminando no último final de semana, dia 5 de outubro. Tenho certeza que todos fizeram a sua parte, fizeram o seu melhor e estão satisfeitos pela forma como a campanha eleitoral aconteceu nos municípios do estado do Paraná, com algumas exceções que houve fatos que nos trazem até temor, com brigas, com tentativas de homicídio. Certamente no restante do Paraná a campanha eleitoral ocorreu de forma bastante democrática. Estamos felizes por poder participar - na nossa região, em 65 municípios do estado do Paraná - de forma ativa e próxima da população, alcançando resultados interessantes.

Gostaríamos de anunciar mais uma conquista para a nossa cidade de Inácio Martins e nossa região. Todos já sabem da primeira etapa de asfalto ligando Inácio Martins a Guarapuava, com a construção de 14 quilômetros de asfalto, um investimento na casa de R\$ 10 milhões. Já está concluída e à disposição da população. E temos ainda outros 28 quilômetros a serem asfaltados. Há 10 dias recebemos a confirmação do Governador Roberto Requião da autorização de mais uma etapa dessa construção asfáltica. São mais 12 quilômetros, num valor máximo de R\$ 12 milhões e 800 mil. A licitação já foi realizada, já está em tramitação. Teremos a formalização das propostas no próximo dia 4 de novembro.

Temos mais um investimento significativo, onde estaremos ligando, diretamente, o município de Inácio Martins ao município de Guarapuava. Mas, sobretudo, permitindo um caminho alternativo às vias que têm cobrança de pedágio e promovendo o desenvolvimento dessa região. Haja vista que Inácio Martins era um município considerado final de linha, o asfalto vinha de Irati e terminava em Inácio Martins, não tinha mais prosseguimento. Agora, tendo como projeto para 2010 a conclusão definitiva dos outros 12 quilômetros que faltarão para a conclusão desse trecho de rodovia.

O estado do Paraná comemora mais essa conquista. O Governo Roberto Requião demonstra, com essa autorização, comprometimento no desenvolvimento das vias alternativas, dos pequenos municípios, do apoio que precisam aqueles municípios, afinal de contas, sem esta rodovia asfáltica não teríamos como levar o crescimento da cidade, a geração de empregos, o desenvolvimento industrial.

O povo de Inácio Martins agradece. A região de Irati agradece. A região de Guarapuava agradece. O Paraná, como um todo, fica feliz com essa notícia. Esperamos que no dia 4 tenhamos uma proposta de uma empresa coerente, séria, e que desenvolva o trabalho com toda qualidade.

Como Presidente da Comissão de Fiscalização desta Casa de Leis, estaremos iniciando um trabalho de levantamento das empresas empreiteiras do estado do Paraná que não têm concluído com suas obrigações. Participam das licitações, ganham as obras, recebem a parte boa dos contratos e não dão cabo das suas obrigações, não executam os seus contratos, fazendo com que as obras fiquem paralisadas, as cidades e a população tenham prejuízo e os entraves burocráticos sejam extremamente significativos para que possamos retomar essas obras.

Então, a Comissão de Fiscalização, a partir da próxima semana, Deputado Jocelito, Deputado Reni Pereira, Deputados que fazem parte da nossa Comissão, estará atuando diretamente no levantamento dessas empresas empreiteiras que assumem contratos e não cumprem até o final, fazendo com que esse levantamento seja feito e, ao final, possamos desenvolver um projeto de lei de forma a colaborar com a legislação já existente para que empreiteiras que participam de licitações assumam os contratos e tenham efetivamente a obrigação de cumpri-los até o seu final. E se assim não o fizerem, que não possam mais participar de nenhum processo licitatório no estado do Paraná, afinal de contas existem empresas especializadas nesse tipo de conduta, que é lesiva ao estado do Paraná, que traz prejuízos ao nosso povo e que não podemos aceitar.

Portanto, esperamos que no dia 4 de novembro tenhamos uma empreiteira qualificada, com um histórico limpo e que possa realmente ganhar essa nova obra que o estado do Paraná está autorizando, dentre outras centenas que temos visto por aí, mas que ela possa levar até o final, porque a população de Inácio Martins, de Irati, de Guarapuava, precisa e espera e há muito tempo vem lutando para que essa obra seja concretizada. E nós, como representante dessa região, como Deputado mais votado no município de Inácio Martins, no município de Guarapuava, tenho a alegria de poder anunciar publicamente essa grande notícia, essa grande conquista da nossa região, que certamente vai impulsionar o desenvolvimento de todas aquelas cidades que circundam essa rodovia que será construída.

Muito obrigado.

O SR. PLAUTO MIRÓ (DEM) **(Pela Ordem)**

Sr. Presidente, só quero aqui registrar a presença dos Parlamentares dos Democratas que estão com a sua bancada 100% presente.

O SR. PRESIDENTE **(Nelson Justus)**

O que não é novidade.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB) **(Pela Ordem)**

Sr. Presidente, quero registrar que o PTB, na figura do Deputado Jocelito, não faltou em nenhuma sessão desde o início desta legislatura, a nenhuma, nem em período eleitoral, 100%.

O SR. PRESIDENTE **(Nelson Justus)**

O que também é verdade.

Próximo orador inscrito é o Deputado Pastor Edson Praczyk.

Deputado Pastor Edson Praczyk (PRB)

O SR. PASTOR EDSON PRACZYK.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, imprensa, senhoras e senhores, amigos telespectadores.

Peço até desculpas, Sr. Presidente, porque não tinha planejado ocupar a tribuna nesta manhã, mas compelido pela vasta oportunidade de tempo, estou fazendo neste momento.

Quero aproveitar o ensejo, Sr. Presidente, para fazer o registro e o anúncio da 5ª Conferência Latino - Americana sobre Software Livre que vai acontecer, mais precisamente, em Foz do Iguaçu, no Parque Tecnológico de Itaipu, onde estarão reunidas, mais ou menos, 3 mil, 3 mil e 500 pessoas, entre estudantes, profissionais ligados à informática e principalmente profissionais ligados à área tecnológica, ligados ao movimento de software livre. Esse evento terá início no dia 30 e se estenderá até o dia 1º de novembro. Tamanha relevância do evento contaremos até, provavelmente, com a presença, na abertura oficial, do Presidente Lula, abrilhantando ainda mais esse movimento tão importante na área tecnológica, uma vez que o Brasil, para aqueles que ainda não sabem, é referência no software livre, ele é a Meca do software livre em âmbito internacional. Teremos também a segunda edição do prêmio de software livre nesse evento e o Governo do Estado, Deputado Romanelli, está concorrendo com a sua ferramenta de escritório, o seu Workflow, chamado Expresso, junto com o Python PR e o nome BR. E este Parlamentar provavelmente estará representando a Assembleia Legislativa neste evento, junto com todo um grupo de assessores também ligados à área de informática.

Além do registro, Sr. Presidente, deste movimento tão importante sobre o software livre, já que toco no assunto software livre, fui abordado por dois colegas, dois Parlamentares e por um jornalista, sobre as eleições muni-

cipais deste ano e fui um dos que alardearam a grande alegria das urnas eletrônicas terem sido todas migradas para o software livre, bem diferente do até então usado, o software proprietário. E por incrível que pareça, foi a eleição que mais teve problemas com as urnas eletrônicas. Só que tenho feito um esclarecimento para aqueles que me abordaram individualmente, e faço publicamente, que algumas coisas devem ser levadas em questão.

Com respeito às urnas eletrônicas terem, hoje, todas sido operadas com software livre, isso é extremamente importante para a democracia, porque todos os partidos políticos e todos os interessados puderam auditar as linhas de código que compõem a urna eletrônica, bem diferente de quando era software proprietário.

Isso legitimou a democracia e a garantia de que não há fraude na eleição. Mas, as urnas apresentaram problemas. O que duas hipóteses podem ser levantadas. Primeiro, com a urna propriamente dita, que é um artefato físico, o que chamamos de hardware. Geralmente, quando aprendemos, ou numa escola de informática, ou num estudo superior de informática, a distinção entre software e hardware, para ficar bem fácil, o software geralmente é aquilo que a gente xinga, e o hardware é aquilo que geralmente a gente chuta. Então, a parte física, a máquina, ela é sujeita a falhas e pode, sim, nos seus circuitos, nos seus transistores, nos seus componentes eletro-eletrônicos, ter apresentado, como acredito apresentaram, problemas ao longo da votação. Mas, numa quantidade tão ínfima que ainda o Brasil continua sendo referência inclusive para os países de Primeiro Mundo, como tendo uma eleição extremamente modernizada. Um exemplo, inclusive, para a terra do Tio Sam, cuja eleição ainda será manuscrita.

Esta é a primeira observação que faço, Sr. Presidente. A segunda observação é que tanto o hardware, a máquina, tecnologicamente seja avançada, como o software extraordinariamente bem codificado e elaborado, existe o fator humano. O homem falha. Posso ter uma residência dotada de todos os aparatos de segurança e deixar a porta, simplesmente, destrancada. Então, todo o sistema ou tudo o que foi investido em segurança na minha residência torna-se vulnerável pelo descuido do homem.

Então, é possível que o homem tenha falhado nesta eleição? Claro! Esta é a razão, inclusive tenho informações de que boa parte da imprensa está acampada na frente do TRE questionando o porquê da demora dos resultados nesta apuração de votos. Estive no TRE e realmente estranhei. Levou-se muito tempo para que se atualizasse no telão do TRE as informações, principalmente dos candidatos a Vereador. Temos estas duas questões que devem ser levadas em conta, antes de se, precipitadamente, criticar o software livre propriamente dito. O aspecto humano e o aspecto da máquina, enquanto sujeita também a “n” falhas, a “n” defeitos.

Era o registro que eu queria fazer, Sr. Presidente, e agradecer a V. Exa. pelo horário.

Grande Expediente:

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Concedemos a palavra ao Deputado Luiz Claudio Romanelli.

Deputado Luiz Claudio Romanelli (PMDB)

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Entendo que na função de Líder do Governo eu deva nessas Sessões, claro, deixar fluir o ponto de vista de cada um dos Parlamentares, e naquilo que for possível pontualmente responder, para que possamos estabelecer aquilo que eu sempre digo dentro desta Casa, o debate político, respeitando as opiniões divergentes, e fundamentalmente respeitando o exercício livre do mandato de cada um dos Parlamentares.

Quero dizer inicialmente ao Deputado Mauro Moraes, que integra a nossa Bancada do PMDB e de apoio ao Governo nesta Casa, mas que também é Presidente da Comissão de Segurança Pública, claro, representando o nosso partido, o PMDB, mas quero dizer a ele, Deputado Mauro Moraes, que V. Exa. tem razão, tenho que reconhecer. Muitas vezes divergi de V. Exa. no encaminhamento em relação as questões que envolvem a Segurança Pública, não vou aqui entrar no mérito da questão sobre as estatísticas e a questão da criminalidade no estado. Entendo que efetivamente o Secretário da Segurança Pública, Luiz Fernando Delazari, assumiu um compromisso perante V. Exa. como Presidente da Comissão de Segurança e perante a mim, como Líder do Governo, de em cinco dias encaminhar as informações requeridas. Sinceramente, fico até constrangido, porque pensei que isso tivesse acontecido. V. Exa. relata da tribuna desta Casa que isso não ocorreu.

Então, Deputado Mauro Moraes, quero dizer que V. Exa. tem razão, está em falta o Secretário da Segurança Pública, esta Casa tem que ser respeitada, V. Exa. como Presidente da Comissão de Segurança Pública também tem que ser respeitado, e também entendo eu, sinto-me também de certa forma desrespeitado, porque claro que a Secretaria da Segurança Pública tem que encaminhar as informações, aquelas que foram prometidas pelo Secretário da Segurança Pública. E não há informações, ressalvadas aquelas informações oriundas de investigações em curso de atividades criminosas, que naturalmente devem, e muitas precisam estar sobre o manto do sigilo, pelo menos em relação ao conjunto da opinião pública, e muitas vezes esta Casa não precisa ter essa informação específica, nem deve, na minha avaliação, numa investigação policial em curso. Mas estatísticas, informações sobre aquilo que ocorre na gestão política de Segurança Pública é dever desta Casa, sim, acompanhar a gestão das políticas públicas, como aliás tenho que reconhecer, no conjunto com Secretários das mais diversas

áreas, têm feito essa interlocução com a Assembléia Legislativa. Então, não há ninguém blindado aqui, não há ninguém que não deva prestar informações à Assembléia Legislativa do Estado do Paraná. Entendo que V. Exa. tem razão em cobrar.

E quero dizer, Presidente Nelson Justus, que o Deputado Mauro Moraes deveria encaminhar à Mesa Diretora para que pudéssemos dar um prazo legal para que o Secretário prestasse as informações requeridas. Entendo que temos que fazê-lo da forma regimental, mas entendo que é necessário, sim, que essas informações possam ser debatidas.

Quero dizer que tenho sido aqui, como Líder do Governo, mas também como Parlamentar, um profundo defensor da área Segurança Pública, defendo a Polícia Militar do Estado do Paraná, defendo a nossa Polícia Civil, entendo que em relação a questão das estatísticas temos que reconhecer, existem estados que subtraem números; nós não temos um sistema que possa ser representativo daquilo que ocorre na área.

Hoje a Gazeta do Povo traz aqui: “O Paraná é o terceiro estado que menos gastou com Segurança em 2007.”

Vou dizer que isso não é verdadeiro, porque sabemos o quanto este Governo tem investido em Segurança Pública. Aumento de efetivo, criação de batalhões, criação de companhias independentes, aparelhamento da estrutura policial, investimento em salários tanto para a Polícia Civil quanto Militar, concursos públicos em andamento. Esta manchete não representa aquilo que está acontecendo na área da Segurança Pública. Claro que o Secretário Delazari tem o dever de explicar isso a esta Casa e para a sociedade paranaense.

Outro dia ainda me visitavam empresários do Rio Grande do Sul, são amigos meus. Eles reclamavam da Segurança Pública em Porto Alegre. Está insuportável a situação da Segurança Pública. Aí eu disse a eles que Curitiba tem o dobro do número de homicídios que tem porto Alegre. Eles ficaram surpresos. Esse dobro não é de 2006, 2007 e 2008, é de uma média histórica dos últimos 25 anos.

Por que estou dizendo isso? A Segurança Pública é um problema nacional. E a insegurança das pessoas é movida por aquilo que veicula na mídia. Há um certo desejo nas pessoas, talvez são questões culturais fruto do processo civilizatório, de ouvir as más notícias, de gostar de saber os detalhes das perversidades que acontecem uma ação criminosa.

Por outro lado temos, fruto de uma crise social que ainda não foi superada, uma geração de excluídos, da chamada bolha demográfica dos anos 80, de jovens que não tiveram acesso ao mercado de trabalho por não terem participado do processo do conhecimento, por terem se evadido da escola. Basta olhar as periferias das cidades, esses bolsões de miséria, onde a droga, especialmente o crack, tem criado problemas graves do ponto de vista de ruptura do tecido social.

Ou vamos ter a capacidade de reconhecer isso e ter políticas públicas específicas para esses jovens, ou vamos aumentar, ainda mais, os indicadores de violência. Não basta colocar uma viatura policial com dois policiais, com sistema de rádio na esquina. Isso não resolve o problema. A questão é mais complexa que isso. É uma questão sociológica. Temos que reconhecer que os desafios do nosso tempo são muito grandes.

Ouvi aqui as palavras proféticas do Deputado Reni Pereira, V. Exa. disse daquela tribuna e, pelo preparo intelectual que tem, e pela leitura que faz da sociedade, eu divirjo de muitas coisas de V. Exa., muitas vezes, mas a nossa convergência é maior. A crise internacional que estamos vivendo é crise sem precedentes, poderá ser igual ou maior do que a crise de 1929. Vamos ter em 2009 uma recessão gravíssima em nosso país, estamos vivendo um momento mágico em nosso país de geração de emprego, de renda, fantástico. De certa forma, todos nós, durante esse processo eleitoral e este ano, eu em 2006 ainda falava, 2007, vamos vendo o que vai acontecendo na economia, o ciclo virtuoso, está rompido isso, acabou esse momento mágico da nossa economia. Vamos ter problemas gravíssimos, o consumo vai cair à metade.

Quando está de falando aqui desse pacote de reforma tributária, olha, sinceramente, meus amigos e minhas amigas, vamos ter que reduzir o preço dos produtos para o salário para pessoas que tiverem salário podem comprar. O mercado parou, o mercado está parado, ninguém vende automóvel, os imóveis, vamos ter desemprego maciço na construção civil de novo, porque está freando todo o processo produtivo do nosso país.

Eu falei, Deputado Plauto, V. Exa. que é um digno representante do setor ruralista aqui neste país, aqui em nosso estado, esse torrão, aqui, para o nosso Paraná, eu dizia há três meses atrás do abuso que estava tendo por parte das multinacionais, do preço dos insumos para a nossa safra, eu dizia: vamos fazer nessa safra agora de 2008 a maior safra da história do Paraná, serão R\$ 31 milhões de toneladas. V. Exas. vão ver o que vai cair a safra do ano que vem. Por conta do quê? Por conta dos insumos, somado a isso o que já era alto, porque estavam os oportunistas aproveitando isso para aumentar os preços. Agora, com o dólar nos patamares que está, o Governo nem revelou quanto teve que queimar das nossas reservas de dólar à vista intervindo no mercado, na quarta e na terça-feira, nem revelou quanto, Deputado Reni. Imaginem quanto nós gastamos da nossa reserva de US\$ 200 milhões para poder fazer o quê? Fazer com que as multinacionais e o capital estrangeiro que está aqui, está sacando tudo o que entrou para poder fazer o quê? Para levar para a matriz, porque o tamanho do rombo é muito grande, é muito grave. A tal da bolha imobiliária contaminou a economia mundial, e o nosso país não vai ficar imune a essa situação extremamente grave.

Esta Casa, discute o tema e discute com profundidade. Às vezes não prestamos atenção, muitas vezes, nos pronunciamentos. Eu ouvi o pronunciamento do Depu-

tado Reni Pereira, estava em meu gabinete atendendo a professora que é membro do Conselho Estadual de Educação, mas ouvi o seu pronunciamento. O fato, Deputado Reni, é que temos que ter muita responsabilidade quando estamos discutindo a reforma tributária. Vamos talvez ter que reformular sobre outras bases, até para fazer frente à essa situação toda que estamos vivendo. Temos que ter os pés no chão nesta Casa. O que estamos vivendo é muito grave.

Concedo um aparte ao Deputado Osmar Bertoldi.

O Sr. Osmar Bertoldi (DEM)

Em primeiro lugar, parabéns pelo seu pronunciamento.

É grave mesmo essa crise. Acho que o Governo Federal, o Governo Lula, enfrenta pela primeira vez na sua administração uma crise econômica de dimensões enormes, ninguém sabe qual é o real tamanho do rombo. Agora, o que fica claro também, Deputado, é que no início da crise parecia que o Brasil seria uma ilha da fantasia, onde só ele não iria sofrer com isso. As consequências dessa crise teremos nos próximos meses, no próximo ano. E tenho certeza que se nos organizarmos e procurarmos, de maneira eficiente, intervir com políticas públicas focadas em alguns setores da sociedade, no setor produtivo, conseguiremos passar por essa crise de maneira mais branda. Não que não teremos sofrimento, porque o que estava se vendendo, primeiramente, o Governo Federal, é que conosco não aconteceria nada. É óbvio, hoje com uma economia globalizada, não tem como ter uma crise onde o mundo inteiro está com problema, e o que me admira é que muitas vezes nosso Presidente quer passar que isto não é com ele. É claro que é! É com o Brasil! O Brasil sofrerá com isso, sofrerá, como V. Exa. tem falado, com a questão da construção civil. E tenho certeza que temos que trazer este tema, infelizmente.

As Bolsas de Valores fizeram uma verdadeira “farra do boi”. A questão dos APO, que as empresas fizeram para capitalizar recursos, empresas que valiam R\$ 400 milhões, de repente captavam na Bolsa quase R\$ 2 milhões em ações. Isso era muito bom para o dono do negócio, que vendia 25% do seu negócio e captava mais do que se vendesse ele inteiro, dentro de uma condição de economia de capital fechado.

Vejo que V. Exa. traz este tema. Temos que debater porque o Paraná terá consequências se também o Governo do Estado não agir de maneira correta em alguns setores da nossa sociedade.

O Sr. Plauto Miró (DEM) (Aparte)

Ouçõ com atenção seu pronunciamento e sua preocupação é preocupação de todos, do Brasil e hoje do mundo. A recessão está aí. Na verdade, vivemos um período de euforia, aonde o consumo foi um consumo irreal. O crédito foi liberado para os brasileiros e naturalmente, nos Estados Unidos, aconteceu antes e acabou fazendo

com que o americano não pudesse, no final de tudo, pagar as contas de tudo aquilo que ele consumiu. Na verdade, se gastou o seu salário, o seu ganho, de muitos anos à frente, ele gastou hoje, comprando fiado, comprando a prazo. E na verdade o endividamento veio e eles não conseguiram pagar suas contas, fazendo com que esta crise mundial viesse à tona.

Nós, brasileiros estamos no meio dela. Não é diferente. O senhor falou da agricultura, os insumos. Os insumos subiram, os valores estão lá na estratosfera. Na verdade, é que inviabilizou o segmento agrícola, hoje, os custos de produção dos defensivos, dos fertilizantes e também do óleo diesel que está com um preço um tanto quanto caro.

Agora, o pior é que o mercado, hoje, se você quiser vender grãos, tem dificuldade. Não tem mercado comprador. Não tem para quem vender. E naturalmente, quando saem todos do mercado, ninguém está comprando, o preço dos produtos cai lá embaixo.

Então, é um momento crítico que viveremos. O consumo vai diminuir, porque o crédito está sendo cortado. O juro, naturalmente, vai subir. E o que teremos serão meses, e próximos anos, numa situação delicada, onde todos vamos sofrer.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Agradeço, Deputado. E entendo que esta consciência é uma consciência que devemos ter. O tema é grave. Não abordaria com esta preocupação se eu não acreditasse naquilo que estou falando. Gostaria que fosse diferente. Sou um otimista pela minha natureza, gosto de ver um mundo diferente, mas tenho que reconhecer que vamos passar por um período de dificuldades.

O fato é que temos que ter muita tranquilidade para analisar e entendo que o Paraná, que é um estado que tem mais de 10 milhões de habitantes, 199 mil Km², vai colher a maior safra, um estado que está industrializado, mas que tem profundas desigualdades sociais. Vai pagar um preço muito alto, não tenho dúvidas disso. Nós batemos todos os recordes na geração de empregos. Certamente vamos passar por um período muito difícil e vamos ter que estar preparados para isto.

O Sr. Elio Rusch (DEM) (Aparte)

Quero parabenizar V. Exa. pela forma serena com que vai à tribuna e faz seu pronunciamento. Primeiro, em relação à segurança pública, quando V. Exa. defende, na verdade, o Poder Legislativo. Na verdade, não é a pessoa do Deputado Mauro Moraes, mas é uma comissão permanente e é o Poder Legislativo que estava sendo desrespeitado, e V. Exa., como Líder do Governo, defende efetivamente as prerrogativas do Srs. Parlamentares.

Num segundo momento V. Exa. faz uma avaliação da economia nacional e da crise que está à nossa porta. Com muita serenidade V. Exa. faz um apanhado, o Deputado Osmar Bertoldi e o Deputado Plauto já se manifestaram através do aparte, e eu também gostaria, em rápidas

palavras, de dizer o seguinte: na verdade o atual Governo Central, ou seja, o Governo Federal, é a primeira crise que ele enfrenta em seis anos. Até o presente momento tudo era euforia por parte do Governo Central, que quando ele assumiu o Governo em 2003, pegou o país com uma economia sólida, com uma estabilidade econômica, e necessário se fez apenas manter a linha central de economia implantada pelo Governo passado, ou seja, Fernando Henrique Cardoso. Agora, vem uma crise.

Gostaria, com toda sinceridade, que o Governo, o Presidente da República, encarasse essa crise com realidade, porque no começo, quando se anunciou a queda das Bolsas no mundo inteiro, o Presidente da República sempre tem dito, Presidente Nelson Justus, que essa crise dos Estados Unidos jamais iria atingir a economia no Brasil, quando na verdade sabíamos que isso poderia, de fato iria atingir não só o Brasil mas o mundo inteiro, e o Presidente da República ontem foi muito infeliz quando disse que essa tsunami que está no mundo econômico, nos Estados Unidos, virá para o Brasil, não como tsunami, mas sim como uma marola. Quer dizer, não é possível que o Presidente da República não queira encarar com realidade, com a seriedade que o momento requer de qualquer administrador.

Acho, desde o Presidente da República, passando pelos Governos Estaduais, pelos Governos Municipais, eles têm que repensar a administração pública, porque se o Brasil não vender, se não houver mercado consumidor, se cair o consumo, automaticamente cai o quê? Caem os impostos, cai a receita, e caindo a receita não teremos recursos para os investimentos que se fazem necessários, que os Governos têm que cortar na própria carne. Quer dizer, então o Governo Central tem que descer do palanque e encarar isso como realidade, chamar efetivamente a sociedade do Brasil para a necessidade de ter um controle, e não brincar ainda, dizer que essa crise econômica que o mundo está atravessando neste momento, que lá fora nos Estados Unidos é uma tsunami, mas aqui no Brasil vai virar uma marola. Não é possível que a sociedade do Brasil, e eu, não como Deputado mas como cidadão do Brasil, não posso aceitar essa palavra e essa frase do nosso Presidente da República, que deveria encarar isso com muita seriedade.

Parabéns a V. Exa. pelo pronunciamento que faz com muita serenidade, mas pautado efetivamente na realidade que atravessamos no momento.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Agradeço, Deputado Elio Rusch.

Queria, Sr. Presidente, apenas para concluir, dizer que sou um defensor do debate político, inclusive em relação a essa questão que envolve a nossa proposta de reforma tributária. Ontem à noite ainda eu me aprofundei mais na minha leitura sobre o tema. Estou absolutamente convencido, a oportunidade que teremos de poder ter, de fato, mecanismo eficiente para reduzir o preço, ou pelo menos na formação do preço do custo final da mercadoria

no varejo, através desse mecanismo que foi enviado à Assembleia Legislativa proposto pelo Governador Requião e que foi trabalhado durante muitos meses, e que é indiscutivelmente um instrumento para que possamos até salvaguardar em relação a esse tema.

Queria reafirmar aqui que todos os estudos realizados, e os documentos são públicos, é que a reforma tributária não é para promover nenhum tarifaço, ela é neutra, do ponto de vista da arrecadação, a compensação havida pela redução da alíquota de ICMS.

Nas Audiências Públicas que serão realizadas poderemos identificar a reação do efeito dessas medidas.

Há uma preocupação de alguns segmentos do setor industrial, que esta Casa tem dado resposta e o Governo também, possam ser confundidas com essa reforma tributária, que é outra coisa. Temos que tomar um certo cuidado, porque podemos confundir aquilo que é reivindicação específica de um setor da economia, quando estamos trabalhando com a floresta como um todo.

É fundamental que nas Audiências Públicas possam estar presentes os técnicos da Secretaria da Fazenda, especialmente a Dra. Gedalva, para poder aprofundar a discussão.

Ao mesmo tempo, temos que reconhecer que o Paraná tem uma política fiscal diferenciada. No ano passado, quando o Governo fez o Super Simples Nacional, insistimos em manter a nossa Lei da Micro e Pequena Empresa. Temos a melhor lei do país, que é a mais benéfica para a micro e pequena empresa. É uma regra diferente do resto do país. Nossa política fiscal tem começo, meio e fim. É importante que tenhamos os pés no chão naquilo que estamos falando.

Só para concluir, li aqui o colunista Celso Nascimento dizendo que eu pedi aos colegas, ontem, que não se pautassem por colunistas mal humorados. Quero dizer a ele que não me referi a ele quando falei dos colunistas mal humorados, me referia a um outro colunista especificamente. Quando eu tiver que dizer algo a ele, falarei de forma direta o seu nome. Vou enviar a ele a apresentação feita pela Dra. Gedalva, para que possa entender melhor a reforma tributária. É importante ele ler o projeto na íntegra, a fundamentação do projeto e as explicações, antes de oferecer as críticas. Até porque ele é um formador de opinião importante para a sociedade paranaense e para alguns Parlamentares desta Casa.

Vamos tratar do tema com a responsabilidade que precisamos tratar.

Muito obrigado!

Ordem do Dia:

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de número legal.

Leitura do Expediente

Sobre a mesa, Ofício nº 247/08, subscrito pelo Deputado Péricles de Mello, constante do expediente, solicitando a reserva do plenarinho desta Casa para o dia 05/11/08, das 8h30 às 12h, para a realização de Audiência Pública sobre o Projeto de ICMS Cultural. **À Comissão Executiva.**

Indicação nº 243/08, de autoria da Deputada Cida Borghetti, constante do expediente, indicando à Mesa seja oficiado ao Diretor Geral do DETRAN, sugerindo a instalação de posto avançado da CIRETRAN de Maringá no Auto Shopping nº 1, em Maringá, nos termos do Ofício nº 212, da Secretaria Municipal da Indústria, Comércio e Turismo. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Projeto de resolução de autoria do Deputado Stephanes Júnior, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Mauro Moraes, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Caíto Quintana, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2549, de autoria do Deputado Dúflio Genari, constante do expediente, solicitando justificativa de ausência para o Deputado Ney Leprevost, na Sessão Plenária do dia 09 do corrente mês, por motivo de saúde. **À Diretoria Legislativa, para anotar.**

Discussão/Votação

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

Redação Final

ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 331/08, de autoria do Deputado Enio Verri, que declara de utilidade pública estadual, a Associação de Moradores e Amigos da Vila Treze de Maio, com sede e foro na cidade de Pinhais. **Aprovado. (Publ. no DA nº 089, de 05/08/08 em Projetos de Lei).**

ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 345/08, de autoria do Deputado Ney Leprevost, que acresce inciso VI ao artigo 1º da Lei nº 14743, de 15/05/05, alterada pela Lei nº 15492, de 09/05/07. **Aprovado. (Publ. no DA nº 093, de 12/08/08 em Projetos de Lei).**

ITEM 03

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 362/08, de autoria do Deputado Luiz Carlos Martins, que declara de utilidade pública a ALO - Associação Largo da Ordem, com sede e foro no município de Curitiba. **Aprovado. (Publ. no DA nº 099, de 20/08/08 em Projetos de Lei).**

3ª Discussão

ITEM 04

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 336/08, de autoria do Deputado Jonas Guimarães, que dispõe sobre a obrigatoriedade de empresas que mantêm guichês em terminais rodoviários e aeroportos, bem como os estabelecimentos bancários de disponibilizarem cadeira de rodas e dá outras providências. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CDHCD. COM EMENDA DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA DA CCJ. APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO. **Aprovada a emenda.**

ITEM 05

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 371/08, de autoria do Deputado Caíto Quintana, que declara de utilidade pública o CONSEG - Conselho Comunitário de Segurança de Bandeirantes, com sede e foro no município de Bandeirantes. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA DA CCJ. APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO. **Aprovada a emenda.**

2ª Discussão

ITEM 06

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 369/08, de autoria do Deputado Stephanes Júnior, que declara de utilidade pública estadual o Lar Abrigo de Jesus do Paraná, com sede e foro no município de Morretes. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 07

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 379/08, de autoria do Deputado Plauto Miró, que declara de utilidade pública estadual a Escola Profissional Piamartina Instituto João XXIII, com sede e foro no município de Ponta Grossa. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

Requerimentos

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Sobre a mesa, Requerimento nº 2531, de autoria do Deputado Jocelito Canto, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2532, de autoria do Deputado Nelson Justus, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2533 a 2546, 2551 e 2552, de autoria da Deputada Cida Borghetti, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Encerramento da Sessão:

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 13, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 336, 364, 368, 369, 371 e 379/08.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 239/08.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 039, 300 e 475/07.

Levanta-se a Sessão.

Publicações:

Diretoria Geral

Portarias

PORTARIA Nº 0244/08

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta no processo protocolado sob o nº 8314, datado de 18/09/08, deste Poder,

R E S O L V E :

mandar anotar, para todos os efeitos legais, na ficha funcional de MARCIA ARLETE SANTOS, matrícula nº 40236, funcionária estável do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia Legislativa, ocupante do cargo de Técnico Administrativo, nível NTB-03, com lotação na Coordenadoria da Ata, o tempo de 06 meses relativo ao dobro de uma licença especial a que tem direito, por não haver se afastado do exercício de suas funções durante o período compreendido entre 21/12/92 a 21/12/97, nos termos do artigo 248 da Lei Estadual nº 6164/70, vigente à época, assegurado pelo parágrafo 3º, do artigo 3º, da Emenda Constitucional nº 020/98.

Gabinete da Diretoria Geral, em 07/10/08.

(a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

PORTARIA Nº 0245/08

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta no processo protocolado sob o nº 8569, datado de 03/10/08, deste Poder,

R E S O L V E :

conceder licença para tratamento de saúde à servidora deste Poder Legislativo, MARYANE BARROS DE OLIVEIRA, matrícula nº 40470, de 180 (cento e oitenta) dias, a partir de 29/09/08 com término em 25/03/09, CID. 10 F 31.

Gabinete da Diretoria Geral, em 07/10/08.

(a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

PORTARIA Nº 0246/08

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta no processo protocolado sob o nº 8478, datado de 29/09/08, deste Poder,

R E S O L V E :

mandar anotar, para todos os efeitos legais, na ficha funcional de SONIA MARA GONÇALVES DE FREITAS, matrícula nº 40163, funcionária estável do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia Legislativa, ocupante do cargo de Agente de Saúde, nível NUD-02, com lotação no Gabinete parlamentar do Deputado Nelson Garcia, o tempo de 06 meses relativo ao dobro de uma licença especial a que tem direito, por não haver se afastado do exercício de suas funções durante o período compreendido entre 21/12/92 a 21/12/97, nos termos do artigo 248 da Lei Estadual nº 6164/70, vigente à época, assegurado pelo parágrafo 3º, do artigo 3º, da Emenda Constitucional nº 020/98.

Gabinete da Diretoria Geral, em 07/10/08.

(a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

PORTARIA Nº 0247/08

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta no processo protocolado sob o nº 8702, datado de 08/10/08, deste Poder,

R E S O L V E :

conceder licença para tratamento de saúde de pessoa da família à servidora deste Poder Legislativo, ILMA ELIZABETE MOREIRA MACENO, matrícula nº 40178, de 10 (dez) dias, a partir de 09/10/08.

Gabinete da Diretoria Geral, em 08/10/08.

(a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral